

# UM ESPAÇO PARA A CIÊNCIA

## FORMAÇÃO DA COMUNIDADE CIENTÍFICA NO BRASIL

### SIMON SCHWARTZMAN

## CAPÍTULO 5

### A REVOLUÇÃO DE 1930 E AS PRIMEIRAS UNIVERSIDADES

|   |    |
|---|----|
| A “Educação Nova” e a Igreja Católica.....                            | 1  |
| À procura de alternativas .....                                       | 4  |
| A Reforma Francisco Campos .....                                      | 9  |
| Um projeto liberal: a Universidade do Distrito Federal.....           | 13 |
| Um modelo a ser seguido: a Universidade do Brasil.....                | 17 |
| Uma nova elite para uma nova nação: a Universidade de São Paulo ..... | 21 |

#### A “Educação Nova” e a Igreja Católica

Em 1889 a República concluiu a separação formal entre a Igreja e o Estado, que já vinha tomando forma nas últimas décadas do Império. O novo regime abriu espaço para as oligarquias regionais que tinham sido mantidas afastadas pela monarquia, mas não incorporou os novos intelectuais que começavam a surgir com a modernização das cidades e o início do processo de industrialização. Na nova situação, não havia lugar para os que tinham lutado contra o Império sob a bandeira do abolicionismo, assim como para as versões mais radicais do republicanismo. Em muitos aspectos a República era menos ilustrada e modernizadora do que a monarquia precisamente porque cedia tanto poder aos estados e renunciava à centralização política que marcara o período imperial.

É fácil ver como a educação passou a ser uma preocupação fundamental dos intelectuais, cujo número aumentava mas que eram mantidos alienados pelo regime republicano. Se o país pudesse reconhecer a importância da educação, os intelectuais -- e especialmente os que trabalhavam no setor educacional --- ocupariam o primeiro plano na vida nacional, e, acreditavam, teriam a oportunidade de usar os meios ao seu dispor para resolver os problemas do atraso, da pobreza, da ignorância e da falta de espírito público que prevaleciam no Brasil. Um novo interesse pela educação produziria não só mais escolas mas também mais instituições, secretarias e até mesmo

um ministério responsável pela educação --- e portanto mais poder e emprego para os intelectuais.

Na década de 1920 os propagandistas da educação compartilhavam o isolamento em relação ao poder político, mas fora isso estavam profundamente divididos. De um lado havia aqueles mais tarde identificados como “pioneiros da educação nova” --- grupo que incluía Anísio Teixeira, Fernando de Azevedo, Francisco Venâncio Filho, Heitor Lira, Almeida Júnior, Lourenço Filho e vários outros. Para eles parecia evidente que os problemas brasileiros começariam a ser resolvidos quando o sistema educacional se expandisse e modernizasse, tornando-se mais racional. Fernando de Azevedo descreve os conflitos daqueles dias como uma luta entre o novo e o velho, a mentalidade moderna e a tradicional --- quase um conflito de gerações. A expressão “educação nova”, trazida por Anísio Teixeira da sua experiência no *Teachers College* da Universidade de Columbia, tinha um sentido sobretudo pedagógico: a saber, a idéia de que a educação deve basear-se nos princípios da liberdade individual, da criatividade, da originalidade do pensamento, em lugar da educação formal e do aprendizado baseado na memorização que prevaleciam na educação tradicional. Além desses princípios, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, apoiava a educação leiga, a criação de um sistema nacional de educação, conforme normas estabelecidas pelo governo federal, e a atribuição de um papel central ao Estado na execução dessa tarefa.<sup>1</sup> Em outras palavras, o projeto consistia em retomar e expandir a tradição centralizadora e intervencionista por parte do Estado, que a República interrompera, mas que devia ser revivida pelo novo regime chefiado por Getúlio Vargas. A Igreja católica, porém, e seus líderes leigos mais proeminentes, tinha outra visão das coisas.

Fernando de Azevedo, que tinha percorrido pessoalmente o itinerário do seminário tradicionalista até a tentativa de introduzir a modernidade na educação, descreve a Igreja brasileira nos primeiros anos da República, mostrando que ela passava por uma crise de estagnação, substituída, depois da Primeira Guerra Mundial, por uma fase de grande ativismo. Segundo ele havia entre a Igreja e o século “uma indiferença recíproca, quase que uma dissociação entre a religião e as forças vivas da sociedade.” As vocações sacerdotais eram extremamente raras, e os que escolhiam esse caminho se isolavam, não participavam da vida dos outros estudantes.<sup>2</sup> O que fica menos claro é de que modo se desenvolveu, a partir dessa estado de letargia, o que o próprio Fernando de Azevedo descreveu como “o mais vigoroso movimento

<sup>1</sup> Penna 1987 traz o texto integral do Manifesto, um amplo panorama do movimento e de uma das suas figuras principais, Fernando de Azevedo.

<sup>2</sup> F. de Azevedo 1963:270-1.

católico da nossa história, pela amplitude do seu ativismo social, pela nova interpretação da Igreja e do século, pelo renascimento do espírito nacional e religioso e por uma nova atitude combativa, não necessariamente marcada pelo espírito ecumênico ou a abertura mental”.

Essa experiência de renascimento católico tem sido o tema de ampla investigação.<sup>3</sup> Uma das suas principais características era a intensa militância do Cardeal Leme, do Rio de Janeiro, que promovia eventos dramáticos como a inauguração da estátua do Cristo Redentor, no Corcovado, em 1931, ou a consagração da Padroeira do Brasil, Nossa Senhora de Aparecida, no mesmo ano --- eventos que reuniam grandes multidões, pressionando o governo a levar a Igreja em consideração no período de construção nacional que devia começar.

A essa militância da Igreja oficial devemos acrescentar um novo elemento: o surgimento de um pequeno grupo de intelectuais católicos reunidos em torno de um instituto que, significativamente, adotou o nome de Centro Dom Vital, sob a liderança de Alceu Amoroso Lima, que nos seus artigos literários usava também o pseudônimo de Tristão de Ataíde. Esses intelectuais católicos leigos compartilhavam com todos os outros intelectuais sua insatisfação com o atraso, a ignorância e a falta de fibra moral da nação, assim como com a corrupção e ineficiência das autoridades civis. Como todos, eles acreditavam que o caminho para a redenção nacional incluía a reconstrução do povo por meio da educação. Como todos, eles também esperavam ter um papel ativo nesse trabalho de educação humana e redenção nacional, voltando-se para a França em busca de fontes de inspiração.

A diferença principal estava em que enquanto alguns se inspiravam no Iluminismo francês e no espírito republicano dos *dreyfusards*, outros encontravam maior inspiração no realismo conservador da *Action Française*. Para estes últimos os valores fundamentais eram a ordem social, a hierarquia, a autoridade religiosa, a educação orientada por princípios religiosos e controlada pela Igreja. Seus inimigos eram os ideais do liberalismo, o individualismo, a liberdade de pensamento e de informação e o poder do Estado, quando não controlado pela Igreja. O cenário não mudou muito desde a época de Dom Vital, no século dezenove, e, como naqueles anos, este era um período em que voltou a prevalecer o poder e a autoridade da hierarquia romana sobre a Igreja universal. A “romanização” progressiva da Igreja Católica aproximou o Brasil de Roma como nunca antes, levando ao aumento da presença de padres estrangeiros nas paróquias brasileiras e à procura de um papel para

---

<sup>3</sup> Todaro 1971; Bruneau 1974; Cava 1976; Alves 1979; Salem 1982.

a Igreja nos assuntos políticos e sociais muito mais forte do que a Constituição republicana tinha previsto.<sup>4</sup>

A revolução de 1930 foi recebida pelos católicos com desconfiança. Bastava a palavra “revolução” para atemorizar aqueles para quem até mesmo a pior ordem social era melhor do que qualquer desafio à autoridade. Além disso, Getúlio Vargas era um produto da oligarquia política positivista do Rio Grande do Sul, e o seu governo levaria inevitavelmente ao aumento da centralização política e ao fortalecimento do Estado. Logo porém surgiu um acordo político: o Estado concederia à Igreja privilégios nos campos da educação, da moral e da ordem social; e de seu lado a Igreja contemplaria o governo com a paz social e o apoio ideológico.

Assim, as décadas de 1920 e 1930 encontraram o Brasil diante de novas idéias e novas formas de ver o mundo mas também com movimentos culturais, sociais e políticos que teriam conseqüências de peso nas décadas seguintes. Em São Paulo a Semana de Arte Moderna de 1922 retirou da pintura e da literatura as muletas do classicismo arcaico, permitindo-lhes um maior contato com a realidade brasileira e com as experiências artísticas mais vibrantes da Europa. Foi criada no Rio de Janeiro a Academia Brasileira de Letras e a Associação Brasileira de Educação iniciou um movimento para ampliar e modernizar em todos os níveis o sistema educacional do Brasil.

Seria um erro interpretar essas tendências como conducentes a um movimento contínuo e ininterrupto de modernização social e cultural. Na década de 1930 elas seriam afetadas pelas tendências centralizadoras do Estado brasileiro; pelo profundo conservadorismo do país, onde uma Igreja católica militante desempenhava um papel fundamental; e pelas tensões e contradições existentes entre o Estado centralizador, as elites regionais e uma nova geração de intelectuais independentes. Nas seções seguintes examinaremos os movimentos em favor da ciência moderna e da ampliação da educação que estavam tomando forma nos anos 1920, registrando com algum detalhe as experiências de institucionalização acadêmica havidas no Rio de Janeiro e em São Paulo.

### **À procura de alternativas**

Duas instituições capturaram o clima de renovação da ciência e da educação brasileiras nos anos 1920: a Academia Brasileira de Ciências e a Associação Brasileira de Educação. A primeira foi instituída em 1922 como um desdobramento

---

<sup>4</sup> Bastide 1951; Cava 1976:11-2.

da Sociedade Brasileira de Ciências, fundada em 1916. Na época da sua criação a Sociedade estava vinculada ao Instituto Franco-Brasileiro de Alta Cultura, criado sob os auspícios do governo francês, como institutos semelhantes abertos em Buenos Aires e outras capitais. Henrique Morize, diretor do Observatório e professor de física experimental na Politécnica e foi o primeiro diretor da Sociedade, mantendo esse posto até morrer, em 1930.<sup>5</sup>

A princípio a Sociedade promovia suas reuniões na sala dos professores da Escola Politécnica, e se compunha temporariamente de duas áreas principais, com ênfases na matemática e nas ciências físico-químicas. Mais tarde passou a haver uma divisão mais precisa: matemática, física, química, geologia e ciências biológicas. Em 1917 teve início a publicação da *Revista da Sociedade Brasileira de Ciências*, sob a responsabilidade de Artur Moses.<sup>6</sup> Além de publicar e divulgar trabalhos científicos, a Academia promoveu o intercâmbio com cientistas estrangeiros, especialmente franceses. Em 1922 Émile Borel foi convidado a viajar ao Brasil para fazer uma conferência sobre “A Teoria da Relatividade e a Curvatura do Universo”. Em 1923 houve visitas de Emil Grey, Henri Abraham e Henry Piéron; em 1925, a visita de Albert Einstein, como extensão da sua viagem a Buenos Aires; e em 1926 visitas de Paul Janet, Émile Marchouy e George Dumas.

A Academia desempenhou uma função cultural e intelectual, agindo para promover a ciência, mais do que de praticá-la, e não promovia ou patrocinava programas de pesquisa. Em certa medida a Academia representava a “anti-faculdade”, em contraste com a Escola Politécnica --- uma reação contra o atraso na penetração das idéias modernas na Escola. Talvez por esse motivo muitos dos seus membros defendiam com energia os novos princípios da educação, da pesquisa e do ensino preconizados pela Associação Brasileira de Educação.

O ano de 1924 testemunhou a criação no Rio de Janeiro da Associação Brasileira de Educação. Os títulos dos seus vários departamentos nos dão uma idéia dos objetivos almejados: educação primária e de professores, educação secundária, educação superior, educação profissional e artística, educação física e higiene, educação moral e cívica e cooperação familiar. A Associação patrocinou muitas

---

<sup>5</sup> A primeira diretoria incluía também J.C. da Costa Sena e Juliano Moreira (Vice-Presidentes); Alfredo Löfgren (Secretário Geral); Roquette Pinto (Primeiro Secretário); Amoroso Costa (Segundo Secretário); e Alberto Betim Pais Leme (Tesoureiro) --- todos eles figuras notáveis do meio científico brasileiro (Paim 1982).

<sup>6</sup> O título da *Revista* sofreu várias mudanças nos anos seguintes: *Revista de Ciências*, em 1920; *Revista da Academia Brasileira de Ciências*, em 1926; e *Anais da Associação Brasileira de Ciências*, em 1929.

atividades, incluindo cursos de extensão, trabalhos de pesquisa, elaboração de leis de recrutamento militar e --- o mais importante --- uma série de conferências educacionais de âmbito nacional que deveriam mobilizar o ambiente intelectual e cultural do Brasil depois de 1927.<sup>7</sup>

Othon Leonardos, geólogo graduado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, membro ativo da Associação, lembra que dos seus primeiros anos:

“Toda semana havia reuniões da diretoria e dos vários departamentos --- educação superior, educação secundária, ensino profissional. Cada departamento estudava um tema para ser debatido por todos. Um desses temas, examinado durante muitos anos e sobre o qual a Associação chegou a editar uma publicação, com entrevistas feitas com vários professores de renome, era a necessidade de uma universidade brasileira; outro era a necessidade de um Ministério da Educação. A Associação ajudou também a criar cursos de extensão universitária. Por exemplo: eu estive incumbido desses cursos na Escola Politécnica, cuja localização era mais central, no largo de São Francisco. Fazíamos entre cem e duzentas conferências por ano. De tarde, chegavam automóveis ao largo de São Francisco, mas a maioria das pessoas vinham de bonde ou ônibus --- a vida não era tão apressada como hoje. A presença do público era surpreendente --- normalmente o auditório ficava quase lotado, e curiosamente até garçons vinham assistir essas conferências, ansiosos por aprender coisas novas.”<sup>8</sup>

Dentro da Associação, os membros mais interessados na criação de uma universidade brasileira vinham principalmente da Escola Politécnica do Rio de Janeiro.<sup>9</sup> A visão que a Associação tinha da educação e da universidade brasileira está refletida em numerosos “inquéritos”, pesquisas de opinião promovidas no fim da década de 1920. Essas pesquisas consistiam essencialmente em uma série de perguntas preparadas por um grupo de especialistas e dirigida a um ampla amostra de instituições e figuras públicas bastante conhecidas. As respostas eram depois publicadas pelos principais jornais do país, ou como estudos independentes. Em 1927 foram feitas pesquisas sobre a educação secundária e a questão da universidade

---

<sup>7</sup> O que segue está baseado em grande parte em Paim 1982.

<sup>8</sup> Entrevista de Othon Leonardos.

<sup>9</sup> “Lira --- Heitor Lira da Silva, um graduado da Escola de Engenharia --- reuniu seus colegas de turma, inclusive Amoroso Costa; Backheuser; Lino Sá Pereira; um pouco mais tarde Ferdinand Laboriau; os irmãos e irmãs Osório, especialmente Álvaro Osório e Branca Osório de Almeida Fialho; uma irmã do Almirante Álvaro Alberto, Amandina Álvaro Alberto, que era também uma professora conhecida, casada com Siqueira Mendonça; Júlio Porto Carreiro, que introduziu a psicanálise no Brasil ...; Laura Jacobina Lacombe; Carlos Gregório de Carvalho” (entrevista de Leonardos). Os cientistas que trabalhavam em Manguinhos não participavam do grupo, embora mantivessem estreito contato com a Academia de Ciências. Um membro notável da Academia era Henrique Beaupaire Aragão, descendente de franceses: “Fomos todos muito influenciados por ele, que era um verdadeiro líder” (entrevista de Leonardos). Laboriau, com Paulo Castro Maia, Tobias Moscoso e Amoroso Costa, todos da Escola Politécnica, morreram no acidente de aviação durante a homenagem a Santos Dumont, que chegava da Europa de navio, em 1928. Leonardos lembra que na noite anterior tinha decidido ceder o seu lugar no avião a Amoroso Costa, que nunca tinha voado.

brasileira,<sup>10</sup> com o apoio dos jornais *O Estado de São Paulo*, *O Jornal* e *Jornal do Comércio*. Membros da comissão visitaram São Paulo, Bahia e Minas Gerais, e a seção responsável pela educação técnica e superior procurou conhecer a opinião de vários especialistas e profissionais sobre alguns temas, tais como o modelo de universidade melhor adaptado ao Brasil, se as instituições de pesquisa deveriam ser incluídas nas universidades, quais os métodos de ensino a serem utilizados, se os governos estaduais deviam oferecer assistência financeira ao governo federal, assim como questões relativas ao *status* profissional dos professores universitários (por exemplo, o nível dos salários e as horas de trabalho). Os resultados dessa pesquisa foram publicados em 1929 pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

Em 1927 foi dado início a uma série de conferências nacionais sobre a educação. Na primeira delas, realizada em Curitiba, Amoroso Costa apresentou um trabalho sobre as relações entre a universidade e a pesquisa científica. Na segunda, em Belo Horizonte (1928), Tobias Moscoso apresentou um estudo sobre a questão da universidade. No ano seguinte, a terceira conferência, em São Paulo, presidida por Teodoro Ramos, foi dedicada à educação secundária, mas o problema de definir o papel da universidade também foi tratado como um tema importante.

Em resposta ao “inquérito” da Associação a recém criada Universidade de Minas Gerais decidiu apresentar um documento preparado com todo cuidado, o qual afirmava que “as universidades brasileiras deviam receber plena autonomia econômica, didática, administrativa e disciplinar, e a sua viabilidade devia ser garantida por um custeio independente.” Esse conceito de autonomia permitia a diferenciação entre as universidades: “Não seria recomendável ter uma só universidade padronizada para todo o Brasil. Ao contrário, cada uma delas devia organizar-se livremente, conforme seus recursos financeiros e as peculiaridades regionais, geográficas, econômicas e sociais, respeitando embora os supremos interesses nacionais.” Naturalmente o tipo de universidade imaginado prepararia seus estudantes para o exercício profissional (“engenheiros, médicos, juristas, farmacêuticos, líderes comerciais, agrônomos, artistas, etc.”) mas serviria também “como um centro para a elaboração científica corrente, contribuindo para enriquecer o conhecimento coletivo, melhorando nosso bem-estar físico e glorificando a herança cultural da humanidade.” Ao mesmo tempo, “essas instituições devem ser marcadamente nacionais --- e até certo ponto regionais ---, refletindo as características

---

<sup>10</sup> Comissão chefiada por Domingo Cunha, Roquete Pinto, Ferdinand Laboriau, Inácio de Azevedo, Levi Carneiro, Raul Leitão da Cunha e Vicente Licínio Cardoso.

da população que as sustenta e orientadas para as necessidades especiais da sua localização imediata.”<sup>11</sup>

Três idéias transparecem nessas propostas: a separação entre o ensino profissional e as atividades científicas, a noção da livre investigação e o conceito da autonomia universitária. Tobias Moscoso, que apresentou o tema na segunda conferência nacional, expressou claramente o ponto de vista prevalecente sobre a separação entre o ensino profissional e as atividades científicas:

“Acredito que quando criamos universidades precisamos distinguir claramente entre duas orientações: ... a técnica e a científica. A primeira deve resultar no desenvolvimento da capacitação para aplicar o conhecimento científico adquirido à vida prática, profissional, com base no conhecimento dos preceitos e processos da otimização econômica, conforme são aplicados especificamente ao nosso país. A segunda tem por objetivo a promoção da competência nas investigações científicas e nas contribuições ao progresso da ciência ... tudo isso orientado especificamente, sempre que possível, para a realidade brasileira.”<sup>12</sup>

Essas duas distintas questões educacionais deviam ser refletidas claramente no nível organizacional: “Precisamos de uma universidade equipada com departamentos de química, física, matemática e ciências biológicas, com os meios para realizar pesquisas científicas em todos os ramos da ciência pura; e também com departamentos de filosofia, letras e ciências sociais, para criar um rico pano de fundo cultural.”<sup>13</sup>

A idéia de que a pesquisa devia subordinar-se às necessidades práticas da nação --- ou às exigências do treinamento profissional --- foi claramente rejeitada por muitos. Álvaro Osório de Almeida o expressa de forma enfática:

“A experiência secular dos povos cuja civilização progrediu ou está progredindo indica que preservar o espírito do progresso exige não só indivíduos de mente pragmática mas também temperamentos idealistas --- capazes de satisfazer suas necessidades intelectuais com a pura contemplação dos fenômenos naturais, mediante o conhecimento ou o estudo desses fenômenos, ou a cultivação das letras ... Para fazer o seu trabalho esses espíritos não precisam de um estímulo externo, ou de outros indivíduos. Por si mesmo esse trabalho lhes dá a alegria e inspiração de que todos necessitamos. Eles são a fonte, a origem da produção intelectual e do progresso da sociedade. Como todos os pensadores avançados compreenderão perfeitamente, precisamos por isso manter esses indivíduos juntamente com os espíritos utilitaristas que extraem sua inspiração dos primeiros, transferindo o conhecimento que eles colheram para adaptar e aplicar à vida das sociedades humanas.”<sup>14</sup>

---

<sup>11</sup> Campos 1954:80.

<sup>12</sup> Citações em Laboriau, Pinto e Cardoso (eds.) 1929:499.

<sup>13</sup> Gilberto Amado, conforme citado por Laboriau, Pinto e Cardoso (eds.) 1929:354.

<sup>14</sup> Laboriau, Pinto e Cardoso (eds.) 1929:168.



Enquanto isso, Tobias Moscoso defendia a autonomia universitária:

“Esse projeto não seria necessariamente frustrado de forma completa, mas não há dúvida de que sofreria sérios danos com a intervenção do Estado na administração dessas instituições, particularmente no que diz respeito às questões didáticas. Dado o que aprendi com as lições de outras nações, assim como do nosso próprio país, sou decididamente favorável à completa autonomia universitária, e à total independência da universidade com relação ao governo e mesmo ao Poder Legislativo.”<sup>15</sup>

### **A Reforma Francisco Campos**

A primeira universidade oficial brasileira foi criada no Paraná, e não teve vida longa. Surgiu em 1912 com a legislação liberal pouco duradoura que foi substituída, em 1915, pela chamada Reforma Maximiliano.<sup>16</sup> Em 1920, sob a nova legislação, foi criada a Universidade do Rio de Janeiro, com a fusão das antigas escolas de engenharia, medicina e direito. Mas dessas primeiras universidades nenhuma foi mais do que um simples aglomerado de escolas profissionais reunidas sob um frágil reitorado, com poucas atribuições. É de abril de 1931 a primeira legislação federal delineando as características próprias de uma universidade:<sup>17</sup> o que seria conhecido mais tarde como “Reforma Francisco Campos”, lembrando o autor desses textos legais, que dirigia o recém criado Ministério da Educação e Saúde Pública, e tinha antes contribuído para a reforma da educação fundamental em Minas Gerais.<sup>18</sup>

A ciência e a educação não estavam entre as maiores prioridades do governo de Getúlio Vargas, mas Francisco Campos percebeu que poderiam não só conferir legitimidade ao novo regime, entre as pessoas educadas, como também contribuir para o projeto de modernização desejado por tantas pessoas. Sua legislação foi apresentada como resultado de um extenso debate e de um esforço para aproximar os extremos. Segundo Campos, o texto definitivo foi “cuidadosamente estudado,

---

<sup>15</sup> Laboriau, Pinto e Cardoso (eds.) 1929:168.

<sup>16</sup> Cartaxo 1948; Almeida Jr. 1956; J. Furtado 1962; Tobias 1968; Lobo 1969.

<sup>17</sup> Essa legislação compreende três Decretos do governo provisório de Getúlio Vargas: 19.850, 19.851 e 19.852, de 11 de abril de 1931.

<sup>18</sup> Francisco Campos, político e jurista mineiro, teve uma participação ativa na revolução de 1930 e em 1931 tornou-se o primeiro Ministro da Educação do Brasil. “Chico” Campos, como era conhecido, ficaria famoso pela sua simpatia pelo fascismo europeu, e por redigir a constituição autoritária do Estado Novo, em 1937. É menos lembrado pelos esforços que fez para elaborar um pacto de cooperação entre o regime de Getúlio Vargas e a Igreja católica. Entre outros privilégios Campos concordou em que a Igreja ensinasse religião nas escolas públicas, na expectativa de que de sua parte ela proporcionasse inspiração, disciplina e ordem espiritual ao governo. O pacto político entre a Igreja e o Estado tomaria forma na Assembléia Constitucional de 1934, que supostamente deveria criar os fundamentos para a nova sociedade brasileira. Naquele ano tomou posse um novo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, antigo protegido de Francisco Campos que ouvia com atenção Amoroso Lima e seria responsável por uma profunda reorganização das instituições educacionais brasileiras.

examinado de perto, ampla e calorosamente debatido, com opiniões recolhidas de todas as correntes de pensamento, das mais radicais às mais conservadoras. ... Esse espírito aparentemente eclético, aberto e pluralista reflete não só a realidade como o desejo de que essa reforma ganhe legitimidade aos olhos das pessoas de muitas posições, durante uma época de transição.” Mas as razões declaradas para o novo projeto não deixam dúvida de que a intenção era chegar a uma visão monolítica, coerente e oficial do que deveria ser uma universidade, em sintonia com o novo regime político.<sup>19</sup>

Ao delinear esses objetivos, Francisco Campos deixou claro sua percepção dos ideais da organização universitária que na época eram populares no Brasil. Na sua opinião, a universidade seria:

“ ...[uma] instituição administrativa e educacional que une toda a educação superior sob uma única liderança intelectual e técnica, seja o seu ensino de natureza pragmática e profissional ou puramente científica, sem aplicação imediata, com o duplo objetivo de proporcionar à elite da nação um treinamento técnico, e criando ao mesmo tempo um clima propício para que os talentos puristas e especulativos persigam a sua meta, indispensável para o crescimento cultural da nação --- a investigação e a ciência pura.”

O projeto não esperava que a dupla função de ensino profissional e investigação científica fosse exercida isoladamente. Pelo contrário, a universidade era vista como “uma unidade social ativa e militante --- ou seja, um centro para o contato, a colaboração e a cooperação entre diferentes desejos e aspirações, uma família intelectual e moral cujas atividades não se esgotam dentro do círculo limitado dos seus interesses imediatos; ao contrário, como uma unidade viva ela tende a ampliar a sua área de ressonância e influência dentro do contexto social, assumindo uma função educacional autorizada, ampla e vigorosa.” Daí a necessidade de que essa universidade fosse organizada como uma corporação autônoma, “com os modelos de organização propostos, apropriados à sua vida social interna, que estimulem os contatos e fortaleçam os laços de solidariedade baseados nos interesses econômicos e espirituais comuns aos professores e ao corpo discente.” Como um instrumento para influenciar o ambiente social em torno da universidade seriam realizados cursos de extensão para distribuir “os benefícios do clima universitário entre as pessoas não associadas diretamente à vida da universidade.” Para atingir esses objetivos, duas condições seriam necessárias: a autonomia universitária e a criação de instituições dedicadas principalmente à pesquisa, e não ao ensino profissional.

---

<sup>19</sup> “Embora a estrutura geral resulte de acordos e da conciliação de várias tendências, linhas e preferências, o projeto tem a sua própria individualidade e unidade; por trás dessa estrutura há um raciocínio que segue linhas amplas, claras e precisas, de modo firme e positivo, garantindo que o plano desenvolvido com base em princípios de organização administrativa e técnica seja adequadamente proporcionado e equilibrado” (citado da justificação dos Decretos, transcrito em Lobo 1969:156-61).

Ao criar a base para essas duas condições, ficava claro que o ideal de Francisco Campos estava muito afastado do mundo real. Com respeito à autonomia, por exemplo, seria “no entanto inconveniente e mesmo contraproducente para o sistema de ensino se houvesse uma quebra súbita e completa com o presente, dando às universidades ampla e plena autonomia administrativa e de ensino, pois a autonomia exige prática, experiência e diretrizes claras.” Presumivelmente o ambiente universitário imaturo da nação não tinha essas características. Zeloso em relação ao poder que acabara de adquirir, o Estado pretendia agir como guardião e educador da universidade, para que essa autonomia se tornasse, algum dia, “uma conquista do espírito universitário --- amadurecido, experiente e equipado com um firme e estável sentido de direção e responsabilidade, em lugar de uma concessão gratuita e extemporânea que provavelmente teria o efeito de deseducar as universidades em vez de instilar-lhes um sentido de organização, comando e governo.”

Assim, faltava realidade prática ao ideal da autonomia. O primeiro Decreto da reforma criava um órgão permanente, o Conselho Nacional de Educação, para assistir o Ministro. Com seus membros designados pelo Presidente da República, o Conselho tinha uma ampla função consultiva e poder decisório sobre muitos assuntos. Assim, por exemplo, cabia-lhe endossar “as diretrizes gerais a ser aplicadas à educação primária, secundária, técnica e superior, em resposta acima de tudo às necessidades da civilização e da cultura nacionais.”<sup>20</sup>

O passo seguinte foi a promulgação de um estatuto para as universidades brasileiras (Decreto 19.851), que deu autoridade ao Ministro da Educação e ao Conselho Nacional de Educação para aprovar os regulamentos internos de qualquer universidade que viesse a ser criada no país. Em 116 artigos o estatuto definia a responsabilidade dos reitores; a organização e funções dos conselhos universitários, das assembléias e institutos; a organização do ensino, com os direitos, deveres e regras para a promoção dos professores; os procedimentos de admissão; as normas disciplinares; e até mesmo as atividades sociais previstas, incluindo a organização de associações estudantis. O outro Decreto, com 328 artigos, criava a Universidade do Rio de Janeiro, abrangendo detalhes que iam da lista de escolas que compunham a Universidade até o programa de cada série de cada curso, terminando com uma tabela indicando as taxas de inscrição, a presença, a emissão de certificados, diplomas, etc.

Em nenhum caso a Reforma Francisco Campos admitia a possibilidade de que as universidades tivessem a iniciativa de se organizar de forma diferente, competindo entre si para oferecer um ensino da melhor qualidade. A ordenação detalhada de todas

---

<sup>20</sup> Decreto 19.859, citado em Lobo 1969:198.

as formas de operação, e a necessidade de obter aprovação do governo federal para qualquer mudança deu às universidades brasileiras uma rigidez que só excepcionalmente seria abalada.

A “pesquisa científica”, como ideal, teve o mesmo destino da “autonomia universitária”. A aparente simpatia de Francisco Campos pela ciência não passava de uma ilusão. Ele reunia a investigação científica à arte --- uma decoração indispensável, mas que não era urgente. No projeto, uma recém criada Faculdade de Educação, Ciências e Letras daria à universidade seu caráter genuinamente “universitário”, “permitindo que a vida universitária transcendesse os limites do interesse puramente profissional, e abrangendo todos os valores culturais elevados e autênticos que emprestam à universidade o caráter e as peculiaridades que a definem e distinguem.”<sup>21</sup> Nesse aparente tributo ao ideal da ciência como cultura os benefícios econômicos e sociais da pesquisa científica, no curso e no longo prazo, são simplesmente ignorados, e a idéia de associar o ensino à pesquisa também não é reconhecida. A ciência era apenas um ornamento, e podia esperar: “Durante a primeira tentativa feita no Brasil de criar uma instituição de ensino superior não podemos esquecer que os povos como o nosso, que ainda passam por um processo de crescimento e amadurecimento, não devem procurar organizar uma cultura avançada de forma imediata, completa e exclusivamente. Para que essa instituição floresça no nosso meio é absolutamente indispensável que dê frutos imediatos.” Assim, a Faculdade de Educação, Ciências e Letras, “além de ser uma instituição de cultura avançada e ciência pura deve ser antes de mais nada um instituto educacional no qual possam ser encontrados todos os elementos vitais para treinar nossos mestres, especialmente os de nível primário e secundário.”<sup>22</sup> Em outras palavras, a Faculdade de Educação, Ciência e Letras devia ser na verdade uma escola de formação de professores.

A legislação proposta para os cursos de direito, engenharia e medicina reflete as diversas concepções de diferentes conselheiros. Assim, o curso de direito devia ser estritamente profissional, começando com uma análise das relações econômicas – “que constituem quase todo o conteúdo do direito” --- e incluindo o estudo da lei positiva. As matérias mais conceituais ou especulativas, como o direito romano e a filosofia, deviam ser deixadas para o nível de pós-graduação. A proposta para o curso de engenharia enfatizava a necessidade de estudar a teoria, acentuando a importância da matemática, da física e da pesquisa tecnológica. O curso de medicina proposto dava

---

<sup>21</sup> Citado em Lobo 1969:163.

<sup>22</sup> Citado por Lobo 1969:164.

ênfase à “organização tecnológica e científica das escolas de medicina, que torna a pesquisa científica original e representa um complemento indispensável dos processos didáticos.”<sup>23</sup>

Em suma, a reforma Francisco Campos prometia muito e foi saudada pela maior parte das pessoas como um marco na história da educação superior brasileira. Mas ela surgiu quando um novo regime forte subia ao poder, e foi orientada claramente para paralisar o movimento favorável a um sistema universitário baseado em comunidades científicas organizadas de forma autônoma --- idéia que era defendida na época por setores ativos da Academia de Ciência, e especialmente pela facção liberal da Associação Brasileira de Educação. Os entendimentos secretos de Francisco Campos com a Igreja, e o seu fascínio por Mihail Maniolescu e o fascismo europeu explicam em boa parte suas verdadeiras intenções.<sup>24</sup>

Francisco Campos não permaneceu muito tempo mais no Ministério da Educação, e não pôde criar sua Faculdade de Educação, Ciências e Letras. A despeito da sua tendência centralizadora, o regime de Getúlio Vargas dependia muito do apoio regional, e só depois de 1935 Getúlio começou a percorrer o caminho rumo ao poder autoritário, culminando em 1937, quando Francisco Campos reapareceu como Ministro da Justiça do Estado Novo. Por isso as duas primeiras universidades foram criadas, na década de 1930, não pelo governo federal, mas pelos governos da cidade do Rio de Janeiro e do estado de São Paulo. O que houve de relevante na legislação de Francisco Campos foi o fato de que a sua concepção de uma universidade nacional em um sistema centralizado seria adotada alguns anos mais tarde, levando à extinção da Universidade do Distrito Federal, à criação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras e à constante tensão entre a Universidade de São Paulo e as autoridades federais, no Rio de Janeiro. A Universidade de São Paulo sobreviveu para tornar-se a principal instituição acadêmica brasileira; quanto ao restante do país, o modelo seguido foi o de Francisco Campos.

### **Um projeto liberal: a Universidade do Distrito Federal**

Um dos efeitos mais significativos do movimento liderado pela Associação Brasileira de Educação foi a criação no Rio de Janeiro da Universidade do Distrito Federal, por um Decreto municipal.<sup>25</sup> A nova universidade estaria integrada por cinco

---

<sup>23</sup> Citado por Lobo 1969:171.

<sup>24</sup> Campos 1940; Schwartzman, Bomeny e Costa 1984:61-6.

<sup>25</sup> Decreto 5.513, de 4 de abril de 1935.

escolas: ciências, educação, economia e direito, filosofia e letras, artes. A primeira (e única) a ser criada efetivamente foi a Faculdade de Ciências. Na aula inaugural, Anísio Teixeira, Secretário de Educação do Distrito Federal, resumiu assim os objetivos da nova instituição:

“A Universidade tem um papel singular e exclusivo. Precisa não apenas transmitir conhecimento: os livros fazem o mesmo. Precisa não apenas preservar a experiência humana: os livros fazem o mesmo. Precisa não só treinar profissionais nas diversas artes e profissões; o aprendizado direto faz o mesmo, ou pelo menos o mesmo fazem seguramente escolas mais especializadas do que as universidades ... O que a Universidade precisa fazer é manter uma atmosfera de conhecimento para preparar o indivíduo que ela serve e que é quem a desenvolve. Precisa preservar o conhecimento vivo, não morto, contido em livros ou no empirismo da prática não intelectualizada. Precisa formular a experiência humana intelectualmente, fazendo-o com inspiração, enriquecendo e vitalizando o conhecimento do passado com a sedução, atração e ímpeto do presente ... O conhecimento não é um objeto transmitido das gerações passadas para a nossa. O conhecimento é uma atitude do espírito que lentamente se forma pelo contato com aqueles que têm conhecimento.”<sup>26</sup>

A nova Universidade foi marcada desde o princípio pelo clima tenso de confrontação ideológica existente na época entre os intelectuais brasileiros. Os revolucionários de 1930 se haviam dividido entre a esquerda, que incluía Pedro Ernesto,<sup>27</sup> Prefeito do Rio de Janeiro, e a direita conservadora, muito mais poderosa, personificada pela Igreja católica, por Francisco Campos e os chefes militares que cercavam Getúlio Vargas, entre outros. No fim de 1935 os comunistas tentaram apoderar-se do governo com um levante militar, o que provocou violenta repressão e uma onda de caça às bruxas, que incluiu a deposição e prisão de Pedro Ernesto. Em julho daquele ano, ao falar na inauguração da Universidade do Distrito Federal, Anísio Teixeira tinha antecipado o que os anos seguintes iriam trazer. Nascido em uma família aristocrática da Bahia, o Secretário da Educação do Distrito Federal estava longe de ser um comunista, mas a influência do pragmatismo norte-americano e do liberalismo ideológico recebida durante uma curta permanência na *Columbia University* foi suficiente para torná-lo um alvo dos conservadores católicos. Seu discurso na Universidade do Distrito Federal começava defendendo a liberdade de cátedra, e concluía com imagens de conflito e morte:

“Houve aqueles que pensaram ser possível começar nossa tradição universitária negando a liberdade de cátedra que é uma das primeiras conquistas da inteligência humana nos tempos modernos. Acreditavam que poderia haver uma universidade para escravizar, em vez de liberar; para deter a vida, em vez de fazê-la continuar. Todos conhecemos essa linguagem reacionária, velha como Matusalem: ‘A crise do nosso tempo é uma crise moral ... Falta de disciplina, ... de estabilidade ... Estamos marchando para o caos, ...para a revolução ... O comunismo está chegando !’ Falam assim hoje como falavam há quinhentos anos.”

---

<sup>26</sup> Citado em Paim 1982:69-70.

<sup>27</sup> Sobre Pedro Ernesto e seu papel como precursor da política populista no Brasil vide Conniff 1981.

Ao terminar, dedicou a nova universidade à cultura, à liberdade e à memória dos que tinham perdido a vida lutando pelos ideais da liberdade de expressão:

“Todos aqueles que desapareceram nessa luta e aqueles que continuam lutando --- eles representam a grande comunidade universitária que celebramos com a inauguração formal dos nossos cursos. Dedicada à cultura e à liberdade, a Universidade do Distrito Federal nasceu sob um signo sagrado que a ajudará a trabalhar e lutar por um Brasil de amanhã, fiel às grandes tradições liberais e humanistas do Brasil de ontem.”<sup>28</sup>

A universidade municipal deveria ser criada uma outra vez, com a participação das melhores mentes, mas sem os problemas das velhas escolas profissionais. Anísio Teixeira dissera que a Universidade assumiria a tarefa de moldar a classe intelectual da nação, tarefa deixada previamente “ao auto-didatismo mais precário e abandonado”, e preencheria por fim a necessidade há muito sentida de uma instituição capaz de treinar não só professores secundários mas também pesquisadores em vários campos. Roberto Marinho de Azevedo, membro tanto da Associação Brasileira de Educação como da Academia de Ciências, foi nomeado diretor, e conseguiu reunir um grupo de professores que não só eram cientistas genuínos mas se identificavam plenamente “com a idéia de promover o estudo neutro das ciências, com a esperança de produzir pesquisadores assim como bons professores nesses campos.”<sup>29</sup>

Entre os contratados para ensinar na nova Escola de Ciências estavam os matemáticos Lélío Gama e Francisco de Oliveira Castro, o físico Bernard Gross, os geólogos Djalma Guimarães e Viktor Leinz, e os biólogos Lauro Travassos e Herman Lent. Mais tarde outros cientistas se juntariam a essa equipe, como o físico Joaquim Costa Ribeiro, um graduado recente da Escola Politécnica; o químico Otto Rothe, do Instituto Nacional de Tecnologia; e o botânico Karl Arens, ex-assistente de Felix Rawitscher, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Não havia instalações para pesquisa, nem pesquisadores trabalhando em tempo integral. Todos faziam pesquisas em outras instituições, o que tinha o efeito de construir uma ponte entre essas instituições e a Escola de Ciências. O que significava que os estudantes faziam visitas freqüentes aos laboratórios de Lauro Travassos, em Manguinhos, de Leinz, no Departamento Nacional de Produção Mineral, e de Gross, no Instituto Nacional de Tecnologia, onde podiam observar em primeira mão as pesquisas e experiências em andamento.<sup>30</sup>

---

<sup>28</sup> “A instalação, ontem, dos cursos da Universidade do Distrito Federal”, *Correio da Manhã*, primeiro de agosto de 1935, citado em Schwartzman, Bomeny e Costa 1984:211.

<sup>29</sup> Paim 1982:84.

<sup>30</sup> O estilo da Escola pode ser percebido nas recordações de um dos seus primeiros professores, o geólogo Viktor Leinz: “As experiências de aprendizado compartilhadas por esses estudantes e seus jovens professores --- todos mais ou menos da mesma idade --- eram das mais

Em 1936 o ano escolar foi iniciado com uma série de conferências pronunciadas pelos membros de uma missão universitária francesa, que incluía Émile Bréhier (filosofia), Eugène Albertini, Henri Hauser e Henri Tronchon (história), Gaston Léduc (lingüista), Pierre Deffontaines (geografia) e Robert Garric (literatura). Vendo a graduação da primeira turma, no ano seguinte, como um sinal de que a sua missão tinha sido completada vitoriosamente, Afonso Pena Jr. passou a reitoria para o biólogo Baeta Viana, de Minas Gerais, enquanto Roberto Marinho de Azevedo deveria transferir a direção da Escola de Ciências para o matemático Luís de Barros Freire, de Recife.<sup>31</sup>

É preciso notar, porém, que o primeiro ano da Universidade do Distrito Federal transcorreu com um pano de fundo desfavorável. De um lado, eram poucos os recursos para adquirir equipamento e material de ensino, e as áreas de trabalho eram modestas. A reitoria estava instalada em um prédio que pertencia ao Instituto de Educação, uma escola pública que formava professoras, e as aulas eram dadas tanto na Escola Politécnica como em uma escola situada no Largo do Machado. As aulas de laboratório precisavam ser dadas nas velhas escolas profissionais da Universidade do Rio de Janeiro, ou então no Instituto Nacional de Tecnologia.

O mais sério porém foi a criação de um clima político fortemente direitista, como reação ao frustrado levante comunista de outubro de 1935: daí por diante o projeto estava condenado. O Distrito Federal sofreu uma intervenção direta do governo federal, e Anísio Teixeira perdeu seu cargo como Secretário da Educação.

---

agradáveis. Eu mesmo introduzi um sistema usado na Alemanha: fazer viagens com os estudantes, para familiarizá-los de perto com a geologia do Distrito Federal. Partíamos de manhã rumo a Copacabana, onde ainda havia muitas pedreiras, ou íamos à praia. Eu explicava a influência do mar, e andávamos por aí. Comecei também a usar *slides*, que na época era uma novidade, e imprimir muitos *slides* de fenômenos geológicos. Tínhamos importado muitas amostras de fósseis da Alemanha, material que os próprios estudantes podiam manipular. Ensinávamos nossos estudantes a reconhecer rochas e minerais, usando métodos simples mas modernos. Em 1937 fiz uma longa viagem de graduação com os estudantes, até Minas Gerais. Afonso Pena Jr., nosso Reitor --- filho do Presidente Afonso Pena, de Minas Gerais --- nos deu uma ajuda. Fizemos essa viagem para ver todo o estado: o manganês, o ferro, o pico de Itabira, a mina de ouro de Morro Velho. A maioria desses graduados nunca estivera fora do Distrito Federal ... Estimulei muito o trabalho prático, a manipulação direta dos materiais, que é extremamente importante para evitar que o aprendizado seja 'livresco'. Como os fundos disponíveis eram adequados, a Universidade nos permitia importar o que quiséssemos, e nós importávamos, essencialmente da Alemanha: projetores, equipamentos didáticos, mapas, minerais, slides e microscópios. Os livros eram fornecidos pela Universidade. Nessas condições podíamos criar rapidamente um local para o estudo da geologia e da mineralogia, que oferecia muito boas condições para a época" (entrevista de Viktor Leinz).

<sup>31</sup> Barros Freire, contudo, nunca chegou a completar sua mudança de Recife para o Rio de Janeiro.



Com a sua demissão, muitos professores deixaram a Universidade, e todos perderam a fé no futuro do projeto.<sup>32</sup>

### **Um modelo a ser seguido: a Universidade do Brasil**

A Universidade do Distrito Federal foi fechada porque ela se chocava, institucional e ideologicamente, com os planos do novo Ministro da Educação, Gustavo Capanema, de criar uma universidade nacional que se ajustasse ao projeto proposto alguns anos antes por Francisco Campos, e que preenchesse os termos do acordo entre o regime de Getúlio Vargas e a Igreja católica, cujo cumprimento Capanema considerava sua responsabilidade.

Gustavo Capanema assumiu o Ministério da Educação em 1934, muito provavelmente por influência da Igreja, e seu arquivo pessoal contém uma ampla correspondência com Alceu Amoroso Lima, através da qual o líder intelectual católico estendia sua influência. Em uma dessas cartas Alceu mostra o desagrado com a criação da Universidade do Distrito Federal, e pede que Anísio Teixeira seja demitido.<sup>33</sup> Em 1937, afastado Anísio Teixeira, Capanema nomeou Amoroso Lima reitor da Universidade do Distrito Federal, aparentemente para preparar a sua liquidação. Quando a Universidade foi formalmente extinta por um Decreto presidencial, nas primeiras semanas de 1939, o projeto de criar a Faculdade Nacional de Filosofia já estava bem adiantado, e a nomeação de Amoroso Lima como seu primeiro diretor não chegou a surpreender.

A Universidade do Brasil foi criada oficialmente por uma lei de 5 de julho de 1937, de acordo com o plano proposto por Francisco Campos quatro anos antes. Ela substituiria a Universidade do Rio de Janeiro, incorporando suas escolas profissionais,

---

<sup>32</sup> “Em 1938 ainda estávamos trabalhando na instalação da Universidade, embora sempre temerosos de que ela fosse fechada. Nessa época, a era de Capanema (como Ministro da Educação), estava sendo criada a Faculdade Nacional de Filosofia e --- pessoalmente, eu nada entendia de política --- dizia-se que a nossa escola seria fechada, e tudo transferido para a Faculdade. Corriam esses rumores: vai ser fechada; não, não vai; vai ser transferida; não, não vai ... Todo o ano de 1938 foi marcado por essa inquietação, e no princípio de 1939 ficou claro que a Universidade de fato seria fechada. Mas ninguém foi avisado. Aqueles dentre nós que tinham contratos pensaram naturalmente que esses contratos seriam respeitados, mas não foram. Um belo dia, quando fui receber meu salário, uma jovem me disse: não há mais recursos para a Universidade. Em outras palavras, nunca houve um anúncio oficial. É possível que os colegas que seguiam mais de perto a vida política já soubessem, mas só então eu tomei conhecimento” (entrevista de Viktor Leinz).

<sup>33</sup> “A recente criação de uma universidade municipal, com escolas dirigidas por pessoas que não disfarçam sua inclinação comunista, obrigou finalmente a comunidade católica a revelar seu desagrado. Aonde vamos ? Será que o governo vai permitir que uma nova geração seja envenenada por sentimentos que contrariam as melhores tradições brasileiras e os ideais de uma sociedade sadia, reconhecidamente contra a sua vontade mas em todo caso sob a sua proteção ?” (trecho de carta transcrita em Schwartzman, Bomeny e Costa 1984:297-301).

algumas das quais datavam do princípio do século dezenove, e seria unificada por uma nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.

A Universidade do Brasil culminaria o amplo império educacional que Capanema estava procurando montar. Seu discurso, a propósito da promulgação da lei, acentuava antes de mais nada o fato de que a nova instituição devia “estabelecer o modelo da educação superior para todo o país”, e também que seria uma instituição genuinamente nacional, com estudantes recrutados em todo o país, com base em critérios estritos. Seria uma universidade de elite, em uma cidade universitária completamente nova.<sup>34</sup>

Já em 1935 o Ministro tinha formado uma comissão de catorze membros para formular o plano geral das escolas, faculdades e outras instituições educacionais, e preparar uma descrição detalhada de cada uma dessas categorias. Dois anos depois já se tinha acumulado um grande número de elementos, e Capanema podia anunciar que, assim como Minerva nascera da cabeça de Júpiter, a nova universidade estava nascendo completa e pronta para funcionar. Preparava-se também um Plano Nacional de Educação, que se esperava transformar em lei. Capanema achava que a realidade acompanharia as definições legais: “É óbvio que não basta criar normas legais. Será necessário dar vida a esses textos, transformá-los na realidade dos cursos superiores em todos os campos. E essa realidade terá como seu padrão a Universidade do Brasil.”

Na verdade, não se esperava que a Universidade do Brasil crescesse, se desenvolvesse e buscasse o seu próprio caminho: na verdade ela deveria impedir todas as tentativas de inovação e experimentação no país, a começar, naturalmente, pela Universidade do Distrito Federal. A nova universidade deveria ser uma “instituição total e unânime”, o que para Capanema queria dizer que nos seus institutos e escolas seriam encontrados todos os tipos de ensino prescritos pela legislação, de forma que não faltasse um modelo para qualquer instituição brasileira de educação superior. Esta ficaria assim sob um estrito controle centralizado. A Universidade do Brasil teria a maior competência possível, com a introdução de várias inovações, inclusive o tempo integral para o corpo docente. Quanto aos alunos, precisariam provar sua “vocação, dedicação e disciplina”. Havia também planos para bibliotecas, laboratórios, museus e hospitais-escola.

---

<sup>34</sup> O que segue se baseia em Schwartzman, Bomeny e Costa 1984: Cap. 7. As citações são de documentos do arquivo de Gustavo Capanema, existente no Centro de Pesquisa e Documentação em História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas, do Rio de Janeiro, reproduzidos ou citados naquela obra.

Para Gustavo Capanema a organização da nova universidade e a construção da cidade universitária eram quase a mesma coisa, e os dois assuntos estavam confiados à mesma comissão.<sup>35</sup> Para o projeto arquitetônico o Ministro contratou os serviços de Marcello Piacentini, figura importante da arquitetura fascista da Itália, que tinha trabalhado no planejamento da cidade universitária de Roma. A contratação de Piacentini foi contestada por um grupo de arquitetos brasileiros ligados a Le Corbusier (inclusive Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, que vinte anos depois seriam o urbanista e o arquiteto de Brasília), que foi também convidado a vir ao Brasil e a fazer alguns projetos preliminares. Em 1938 as maquetes da cidade universitária do Rio de Janeiro foram apresentadas ao público, em Roma, e embarcadas para o Brasil. No entanto, aproximava-se a Segunda Guerra Mundial, e os projetos nunca foram executados.<sup>36</sup>

De acordo com a legislação idealizada por Francisco Campos, o órgão central da Universidade do Brasil seria a Faculdade Nacional de Filosofia, Ciências e Letras, que concentraria as atividades de pesquisa científica. Em 1935 Capanema começou a trabalhar nesse projeto, que se materializaria em 1939. Mas não seria a primeira escola do gênero, pois a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de São Paulo tinha sido inaugurada em 1934, e a Escola de Ciências da Universidade do Distrito Federal começara a funcionar um ano mais tarde. O convite a especialistas estrangeiros tinha sido um aspecto importante tanto do projeto de São Paulo como o do Rio de Janeiro, e Capanema seguiu a mesma trilha. Um dos seus consultores foi George Dumas, intelectual francês com muitos contatos no Brasil. Dumas expôs ao Ministro suas idéias sobre o que o Brasil necessitava no terreno da educação superior, e ajudou a escolher professores franceses para a Faculdade Nacional de Filosofia, como fizera alguns anos antes para a faculdade paulista.<sup>37</sup>

---

<sup>35</sup> O Ministro da Educação definiu assim a tarefa da comissão: “Primeiramente ela deve definir o que deve ser a Universidade, para depois conceitualizá-la e em seguida projetar a sua construção.” Capanema sabia exatamente o que significavam essas palavras: “Vamos admitir que se decida que a Universidade vai precisar de uma escola de odontologia. Isso não basta. Será preciso definir também os seus componentes --- tais divisões, tal estrutura. Se criarmos um instituto de criminologia, precisamos saber quantas partes, escritórios e laboratórios serão necessários” (discurso de 22 de julho de 1935, citado em Schwartzman, Bomeny e Costa 1984:96-7). Daí para o projeto arquitetônico a distância era pequena.

<sup>36</sup> Entrementes, Lúcio Costa e seus colegas foram solicitados a construir o edifício sede do Ministério da Educação, no Rio de Janeiro, inaugurado em 1945 e desde então saudado como um marco da arquitetura moderna, e um testemunho do espírito progressista e da clarividência de Gustavo Capanema como primeiro Ministro da Educação do Brasil.

<sup>37</sup> Em carta escrita a Capanema em 1935 Dumas explicou seu ponto de vista sobre as necessidades brasileiras em matéria de educação: “Não falta inteligência aos seus moços ... mas a boa fada que preside ao seu nascimento colocou também no seu berço outros dons além da inteligência: o gosto pela imaginação e os sonhos, a abundância da vida emocional. Essa inclinações naturais não devem ser combatidas, mas seria muito útil se pudéssemos limitá-las a

Em 1936 Capanema escreveu a Luigi Fantappiè e Gleb Wataghin, professores italianos de matemática e física da Universidade de São Paulo, pedindo a sugestão de nomes. Wataghin respondeu com uma lista de professores italianos que incluía Umberto Nobile, de Nápoles, Giovanni Giorgi, de Roma, Beniamino Segre, de Bolonha, e até mesmo E. Schrödinger, mas nenhum deles viria para o Brasil. Em 1939, finalmente, o Presidente Getúlio Vargas aprovou a contratação de quinze professores estrangeiros, e a partir desse momento todos esses contatos se tornaram oficiais. Em junho de 1939 o Embaixador italiano confirmou em carta que o governo brasileiro tinha solicitado professores de língua e literatura italiana, análise matemática, mecânica racional, física teórica, fisico-química, geometria superior e física experimental, e tinha anunciado que sete professores já haviam sido selecionados e deveriam chegar ao Rio de Janeiro nos meses seguintes. Com a ajuda de Georges Dumas e sob estrito controle ideológico, foram também expedidos convites a professores franceses pelos canais oficiais.<sup>38</sup> A Embaixada da França no Brasil ajudou nessas negociações, pressionando o Ministro para agilizar as decisões e não deixou de mencionar as tendências ideológicas dos professores franceses.<sup>39</sup>

De acordo com as recomendações de Dumas, era pouca a ênfase atribuída às ciências naturais, em que pese a solicitação feita ao governo italiano de especialistas em ciências exatas. Capanema precisava também acomodar pedidos de políticos e intelectuais de todos os lados, e foi em parte devido a isso que Amoroso Lima decidiu

---

alguns campos onde elas são convenientes. O Brasil é dotado de poetas admiráveis, certamente porque a poesia é inerente à sua raça e todos os brasileiros são a seu modo poetas da alma e da natureza. Mas esse dom se torna inconveniente quando se manifesta fora das obras da poesia e da imaginação, e os fundamentos da universidade que o Senhor está construindo deveriam moderar e canalizar essas tendências para os produtos da razão, onde decerto não se deveria excluí-las completamente.” Dumas prossegue dizendo que o Brasil se encontra em uma fase crítica, em que seria necessário decidir se vai permanecer “um país cheio de encanto, onde tudo é lido e pouco é produzido, ou se terá um lugar amanhã entre os países que contribuem para a produção intelectual do mundo.” A Faculdade de Filosofia proposta deveria concentrar seus esforços no treinamento de professores secundários e na pesquisa, com ênfase nos campos da filosofia, história e literatura (carta de primeiro de setembro de 1935, transcrita em Schwartzman, Bomeny e Costa 1984:326-9).

<sup>38</sup> Em 1939 o Ministro escrevia a Dumas: “Para psicologia e sociologia preciso professores habituados à pesquisa e a estudos bem orientados, mas associados à Igreja. A Faculdade será dirigida pelo Senhor Alceu Amoroso Lima, um católico amigo de Jacques Maritain. Por essa razão não me agradariam nomes conhecidos por tendências opostas às da Igreja, ou delas divergentes” (carta de 17 de julho de 1939, citada em Schwartzman, Bomeny e Costa 1984:216).

<sup>39</sup> Sobre o Professor Poirier, que devia ensinar filosofia, o Embaixador afirma: “Ele já indicou que a sua orientação doutrinária responde inteiramente ao ponto de vista do diretor da nova faculdade”. Sobre o Professor Ombredonne, de psicologia, a Embaixada francesa confirma que “apresenta todas as garantias desejáveis no concernente às suas tendências”; do professor de psicologia era Jacques Lambert, que já tinha estado no Brasil, observa-se que pertence à mesma geração de professores católicos como Deffontaines e Garric (citado em Schwartzman, Bomeny e Costa 1984:216).

finalmente declinar o convite para presidir a nova instituição.<sup>40</sup> Nessa época a Igreja católica já tinha desistido do seu projeto de colocar as universidades públicas sob o seu controle, e fazia planos para criar uma universidade católica. Outro conservador católico, ligado ao movimento integralista, o jurista Santiago Dantas, assumiu o lugar de Amoroso Lima e ocupou-o até 1945.

A forma como foi organizada a Faculdade Nacional de Filosofia, com seu formalismo, a ausência de uma liderança intelectual, a dependência de procedimentos burocráticos em todas as etapas, teve o seu preço. Apesar de alguns nomes reputados, ela teria muitas dificuldades para se tornar um centro significativo de pesquisa científica, e menos ainda um centro de pensamento conservador no campo das humanidades e das ciências sociais, papel para o qual tinha sido concebida.

### **Uma nova elite para uma nova nação: a Universidade de São Paulo**

Em contraste, a criação da Universidade de São Paulo, em 1934, foi o acontecimento mais importante na história da ciência e da educação no Brasil. Para entender como ela foi criada, como pôde desenvolver-se de modo tão diferente da Universidade do Brasil, sediada na capital do país, e o papel que desempenharia no futuro, precisamos vê-la à luz da derrota de São Paulo na revolução de 1932 contra o regime de Getúlio Vargas. Uma figura fundamental nesse projeto foi Júlio de Mesquita Filho, proprietário do *Estado de São Paulo*, o jornal tradicional que remontava ao século dezenove, e que era ligado por laços familiares a Armando de Sales Oliveira, a principal personalidade política do estado em 1932, que retornou do exílio dois anos depois para ser o Interventor federal no governo provisório de Getúlio Vargas. Outro nome importante foi Roberto Simonsen, empresário, autor da primeira história econômica moderna do Brasil, líder da Federação das Indústrias de São Paulo. Portanto, os defensores da idéia de criar uma universidade estadual estavam entre os membros mais poderosos da elite agrícola e industrial do estado, o que contrastava com a situação do projeto de Capanema no Rio de Janeiro, considerado marginal pelo

---

<sup>40</sup> Em abril de 1939 Amoroso Lima ainda estava disposto a aceitar o cargo, mas só se a nova escola não admitisse os quase 100 professores e 500 estudantes excluídos pelo fechamento da Universidade do Distrito Federal. Três meses depois ele percebeu que a nova escola nunca seria como desejava, e dirigiu uma carta irritada a Capanema protestando contra a nomeação de professores “por outros, não por nós”, e mais especificamente contra a designação de um “italiano desconhecido” para ensinar física em lugar de Joaquim Costa Ribeiro. Em janeiro de 1941 Amoroso Lima formalizou sua decisão, argumentando que seria impossível para ele demitir os numerosos professores que, abertamente ou não, estavam criando um clima de “confusionismo filosófico e ideológico” (citado em Schwartzman, Bomeny e Costa 1984:218).

regime de Vargas, e que nunca conseguiu apoio amplo ou gerou grande interesse fora dos círculos de educadores e da Igreja.<sup>41</sup>

A preocupação da elite paulista com o conhecimento técnico e a educação superior não começou em 1932. Já havia no estado uma poucas instituições de bastante sucesso --- o Instituto Butantã, o Instituto Biológico, as escolas de engenharia e medicina --- mas pretendia-se torná-las mais diretamente relevantes para o gerenciamento da economia, e para a nação como um todo. A preocupação com a administração científica já tinha motivado a Associação Comercial do estado a criar o Instituto de Organização Racional do Trabalho, por iniciativa de Roberto Simonsen e tendo Armando de Sales Oliveira como presidente.<sup>42</sup>

A idéia foi ampliada em 1933, pelo mesmo grupo, com a criação da Escola Livre de Sociologia, precedida por um manifesto publicado em todos os jornais de São Paulo e assinada pelos diretores de todas as instituições de ensino superior do estado, além de uma lista de personalidades bem conhecidas.<sup>43</sup> O documento afirmava o propósito de fazer da Escola Livre “um centro de cultura política e social capaz de promover o interesse pelo bem comum e de criar vínculos entre as pessoas e o seu ambiente, de estimular a pesquisa sobre as condições de vida e os problemas das nossas populações e de formar personalidades capazes de participar com eficiência e auto-percepção na liderança da nossa vida social.” Essas personalidades deviam corrigir o que a proclamação caracterizava como “a falta de uma elite ampla e ordenada, treinada com métodos científicos, consciente das instituições e realizações do mundo civilizado, e capaz de entender o nosso ambiente social, para depois atuar sobre ele.” A ausência dessa elite se relacionava diretamente com as frustrações que tinham provocado a rebelião de 1932.

Em 1933 foi criada também a Escola Paulista de Medicina, que se esperava trouxesse inovações radicais para as tradições da educação superior brasileira. Caberia

---

<sup>41</sup> “Com Armando de Sales Oliveira no poder e Júlio de Mesquita Filho como diretor de *O Estado de São Paulo*, pensávamos que chegara o momento de criar a Universidade de São Paulo e sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Júlio de Mesquita e eu vínhamos lutando por essa idéia desde 1923. Naquele ano, e em 1926, escrevi vários artigos sobre o assunto para *O Estado*, e em 1925 iniciei uma grande pesquisa sobre a instrução pública em São Paulo, que tomou vários meses, e na qual tratamos dos problemas da educação superior no nosso estado ... Dada a encruzilhada em que encontramos o sistema educacional paulista, acreditávamos na necessidade de soluções radicais, de cima para baixo, inclusive a criação de uma universidade, com a sua Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras” (F. de Azevedo 1971:119-20).

<sup>42</sup> Seu predecessor tinha sido o Instituto de Organização Científica do Trabalho, dirigido por um especialista suíço em psicologia industrial, Leon Walter --- uma primeira experiência que teve curta duração.

<sup>43</sup> Berlink e Ferrari 1958.

à nova Escola proporcionar um ensino de alta qualidade, promover pesquisas biomédicas e abrir novas oportunidades para a educação médica no estado, limitada até então ao pequeno número de estudantes recrutados cada ano pela Faculdade de Medicina de São Paulo. Uma novidade importante é que a Escola Paulista de Medicina receberia apoio do setor privado além do setor público, o que aconteceu até a sua federalização, no pós-guerra.<sup>44</sup> A Escola Paulista de Medicina foi um sucesso em termos dos seus propósitos originais, e é ainda uma das escolas médicas mais prestigiosas do país. Enquanto isso, depois de alguns anos de intensa atividade, a Escola de Sociologia e Política perderia força e nunca chegou a criar uma tradição acadêmica como a desenvolvida pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.<sup>45</sup>

A essas duas iniciativas seguiu-se a criação da Universidade de São Paulo, que deveria ser a melhor reação dos paulistas à sua derrota militar em 1932:

“Derrotados pela forças das armas, sabíamos perfeitamente bem que só pela ciência, e com um esforço contínuo, poderíamos recuperar a hegemonia gozada na federação por várias décadas. Paulistas até os ossos, tínhamos herdado dos nossos antepassados bandeirantes o gosto pelos projetos ambiciosos e a paciência necessária para as grandes realizações. Que monumento maior do que uma universidade poderíamos erigir àqueles que tinham aceito o sacrifício supremo para defender-nos do vandalismo que conspirara a obra dos nossos maiores, desde as bandeiras até a independência, da Regência até a República ? ... Saímos da revolução de 1932 com o sentimento de que o destino tinha colocado São Paulo na mesma situação da Alemanha depois de Jena, do Japão depois do bombardeio pela marinha norte-americana, ou da França depois de Sedan. A história desses países sugeria os remédios para os nossos males. Tínhamos vivido as terríveis aventuras provocadas, de um lado, pela ignorância e incompetência daqueles que antes de 1930 tinham decidido sobre o destino do nosso estado e da nossa nação; de outro, pela vacuidade e a pretensão da revolução de outubro [de 1930]. Quatro anos de contatos estreitos com os líderes das duas facções nos convenceram de que o problema do Brasil era acima de tudo uma questão de cultura. Daí a fundação da nossa universidade, e mais tarde da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras.”<sup>46</sup>

A nova universidade seria pública, leiga e livre de influências religiosas; deveria ser uma instituição integrada, não apenas um grupo de escolas isoladas. Seu núcleo central seria a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, com professores estrangeiros. Ali haveria uma atividade de pesquisa confiada a uma equipe de tempo integral, que trabalharia nas formas mais adiantadas da ciência, deixando os trabalhos práticos para as escolas profissionais. A universidade teria autonomia administrativa e acadêmica, destinando-se a criar uma nova elite que assumisse a liderança do país, superando o atraso e levando São Paulo de volta ao lugar que merecia como o estado líder da federação.

---

<sup>44</sup> Albernaz 1968; Vale 1977; Pena 1977.

<sup>45</sup> L.L. Oliveira 1986.

<sup>46</sup> Mesquita Filho 1969:164, 199. O texto é de 1937.

Além dessas características gerais, era necessário escolher um modelo de organização a ser seguido. A legislação de Francisco Campos já tinha instituído a noção de uma Faculdade de Filosofia central, destinada ao trabalho científico e à educação pedagógica, idéia extraída da experiência italiana, e esse conceito foi mantido. Curiosamente, alguns paulistas preferem pensar que esta foi uma sua invenção. Assim, um dos organizadores da Universidade de São Paulo, Paulo Duarte, lembra:

“Selecionamos dois paradigmas, por assim dizer, para a Universidade. Em primeiro lugar, tanto Julinho [Mesquita Filho] como eu tivemos uma educação francesa, mas não queríamos limitar-nos a ela. Naturalmente, escolhemos a Sorbonne como modelo para uma universidade organizada em base científica, mas selecionamos também o modelo inglês, através de Cambridge. Procuramos reunir o máximo possível de informações sobre essas universidades, mas a organização francesa era muito melhor do que a inglesa, e por isso podemos dizer que a nossa organização seguiu em oitenta por cento o modelo francês. ... Antes as faculdades de filosofia, ciências e letras eram a *celular matar* da universidade francesa, que depois se dividiu nas escolas de filosofia e letras, de um lado, e nas escolas científicas, de outro. Não tínhamos os meios para criar duas escolas desde o princípio, e por isso decidimos fazer o que os franceses faziam no passado, e todas as outras escolas giraram em torno desta. Não me lembro bem da estrutura inglesa, mas lembro sim que na Inglaterra a ciência era completamente separada da filosofia. Para as ciências mais avançadas, como a biologia, havia institutos independentes. A França também dispõe de institutos fora das universidades, só associados a elas.”<sup>47</sup>

Além do conhecimento superficial revelado sobre as características dos sistemas acadêmicos supostamente adotados como modelos, as observações de Paulo Duarte sugerem a predominância de uma preocupação com as formas organizacionais, não com a qualidade acadêmica e científica e as realizações das instituições cujas características estavam sendo seguidas. Em parte isso se deve ao fato de que tanto ele como Júlio Mesquita eram *hommes de lettres* na tradição francesa, e não cientistas. E sobretudo porque eram ativistas políticos. Paulo Duarte se definia como um “socialista democrático”, e neste sentido era um marginal em política, enquanto Mesquita era um liberal na tradição clássica, e membro do *establishment* paulista.

Esses comentários revelam também as restrições com que o projeto devia ser executado. Era preciso seguir as linhas gerais da legislação de Francisco Campos, e isso incluía uma escola de ciências e educação. Da mesma forma, as instituições de educação superior e de pesquisa tradicionais no estado deviam ser incorporadas ao projeto, e não podiam ser alteradas. A premissa era de que essas instituições resistiriam a qualquer forma de integração que excedesse a simples justaposição e coexistência autônoma, ou que tentasse ultrapassar as simples vantagens da racionalização burocrática e material.

---

<sup>47</sup> Entrevista de Paulo Duarte.



O ato criando a universidade foi assinado pelo Governador do estado no dia 25 de janeiro de 1934.<sup>48</sup> Em contraste com a legislação de Francisco Campos, o texto era breve, redigido em linguagem clara e direta. Tinha só 54 artigos, em comparação com os 328 da legislação preparada por Francisco Campos para a Universidade do Rio de Janeiro. O primeiro objetivo da nova universidade era “promover o progresso da ciência através da pesquisa”; o segundo era transmitir conhecimento; o terceiro, formar especialistas e profissionais; o quarto, promover a difusão e a popularização das ciências, artes e letras por meio de cursos de curta duração, conferências, programas de rádio, filmes científicos, etc.<sup>49</sup>

Os paulistas falavam de sua universidade, mas a maior parte dos seus esforços estavam dirigidos para criar a nova Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Dada a história dos seus fundadores, era natural esperar que eles enfatizassem as humanidades e as ciências sociais. Só depois as ciências naturais passaram a receber maior atenção, quando Teodoro Ramos, Rocha Lima e outros cientistas foram convidados a participar da comissão organizadora da Faculdade.<sup>50</sup>

Estava previsto recrutar todos os professores na Europa, especialmente na França. Com o fascismo europeu em ascensão, a França era vista como uma alternativa liberal, consentânea com a tradição brasileira de influência francesa nas humanidades.

---

<sup>48</sup> Fernando de Azevedo, que ajudou a redigir o projeto que criava a universidade, lembra: “Júlio de Mesquita Filho ..., falando por si e por Armando de Sales Oliveira, pediu-me para minutar a lei que criava a Universidade de São Paulo. A versão final foi completada em menos de quatro dias, incluindo a introdução e a justificativa. Era dezembro de 1933, e pedi a Mesquita que combinasse com Armando de Sales para não assinar o decreto imediatamente ... Como a nova universidade incluiria as escolas profissionais de direito, engenharia, medicina e agricultura já existentes, não seria prudente assiná-lo antes de fazer um contato com essas escolas. Para quebrar a resistência, foi criada uma comissão de catorze membros --- dois de cada escola, dois do Instituto Agrônomo de Campinas, dois do Instituto Biológico de São Paulo, dois da Faculdade de Educação ... A comissão trabalhou catorze dias e aprovou o meu projeto com algumas restrições de pouca importância” (F. de Azevedo 1971:120-1). Paulo Duarte, que participava desse grupo, descobriu à última hora que o seu nome tinha sido retirado da lista de membros da comissão, por razões que permaneceram obscuras (Duarte 1976:71-3).

<sup>49</sup> Decreto estadual 6.283, de 25 de janeiro de 1934.

<sup>50</sup> Paulo Duarte descreve a criação dessa comissão como uma negociação entre ele e Júlio de Mesquita: “A comissão foi formada por Henrique de Rocha Lima e Fernando de Azevedo, meus candidatos, que foram aceitos por Julinho com reservas; o primeiro porque era muito germânico, o segundo por ter sido seminarista, o que lhe retirava toda serenidade. Teodoro Ramos tinha sido um instrumento dos inimigos de São Paulo, mas era extremamente inteligente, um dos poucos dentre nós que podia ensinar matemática superior em uma universidade. Havia dúvidas a respeito de Raul Briquet, que segundo Julinho não sabia o representava realmente uma universidade. O mesmo acontecia com Agesilan Bittencourt, sugerido por Rocha Lima, que se supunha não ter suficiente cultura geral. Os outros não foram objeto de discussão: Vicente Rao, Fonseca Teles, André Dreyfus e Almeida Júnior” (Duarte 1976:68).

“Queríamos utilizar o melhor não de um único país desenvolvido mas de todos. Assim, a Itália deveria proporcionar professores de matemática, geologia, física, paleontologia e estatística; a Alemanha, de zoologia, química e botânica; a Inglaterra ajudaria em outro ramo da história natural, e talvez também em psicologia; quanto à França, teria reservada as cátedras de pensamento puro: sociologia, história, filosofia, etnologia, geografia, e possivelmente também a física. Mas nem sempre esse plano pôde ser cumprido.”<sup>51</sup>

“A presença de uma grande colônia italiana em São Paulo e a insistência do governo italiano em nos ajudar criava problemas especiais. Não podíamos deixar que as cátedras da Faculdade de Filosofia caíssem nas mãos dos seguidores do credo político italiano --- particularmente aquelas cátedras que poderiam ter maior influência sobre a educação moral da nossa juventude. Essa dificuldade era complicada pelo grande número de filhos de italianos que viviam em São Paulo, e que em sua maioria não escondiam a tendência para aceitar a orientação do fascismo romano. Precisávamos ter muito cuidado devido às pressões crescentes e impertinentes que o governo italiano e a colônia italiana de São Paulo faziam sobre o governo paulista, querendo forçar a admissão de um grande número de professores italianos para compor o novo corpo docente. Solucionamos o problema oferecendo aos italianos algumas cadeiras no campo da ciência pura (análise matemática, geometria, estatística, geologia, mineralogia), assim como em língua e literatura italianas. As outras cadeiras --- química e história natural --- seriam ocupadas por alemães expulsos do seu país pelo hitlerismo. Desta forma, podíamos proteger o sentido liberal da evolução brasileira ... As futuras elites não seriam vitimadas pelo ensino dessas teorias exóticas contrárias à natureza e às tendências naturais do nosso povo.”<sup>52</sup>

A legislação de Francisco Campos pretendia que as faculdades de filosofia se orientassem para a formação de professores secundários, adiando as atividades de pesquisa científica para um futuro distante. Em contraste, no caso da Universidade de São Paulo havia a intenção de criar uma separação rígida entre a Faculdade de Filosofia e o Instituto de Educação, destinado à formação de professores. A Faculdade de Filosofia teria estudantes com conhecimentos substantivos, e aqueles interessados no ensino precisariam dirigir-se ao Instituto de Educação para estudar pedagogia e para poder licenciar-se. Os professores seriam assim um produto secundário da nova instituição.<sup>53</sup>

A idéia, portanto, era distribuir as atividades acadêmicas em dois níveis. O nível inferior devia relacionar-se com o trabalho aplicado e com a educação profissional, e incluiria as antigas escolas profissionais de medicina e engenharia; o nível superior cobriria todas as especialidades científicas necessárias para o primeiro,

---

<sup>51</sup> Duarte 1976:70.

<sup>52</sup> Mesquita Filho 1969:192. Não é verdade que uma parte significativa dos professores da nova universidade fosse composta por refugiados políticos, e entre os professores admitidos quase não havia judeus.

<sup>53</sup> “Queríamos um Instituto onde nada mais [além da ciência] fosse feito, onde as vocações genuínas encontrassem um campo sem limites para expandir suas tendências naturais, onde a regra seria a da ciência por amor à ciência, e onde o espírito da investigação científica dominasse todos os espíritos. Em uma palavra, preencheríamos o imenso hiato na cultura da nação dando ao estudos acadêmico o lugar que lhe era devido na hierarquia intelectual ou em um organismo universitário” (Júlio de Mesquita Filho 1969:189).

mais aqueles campos considerados partes essenciais do conhecimento humano. Supunha-se que o nível superior alimentasse os que estavam no inferior, elevando gradualmente o seu nível de proficiência. Nenhum professor estrangeiro foi contratado para as antigas escolas, que nos anos que se seguiram mudaram muito pouco. A influência benéfica que supostamente devia alcançá-las, a partir da Faculdade de Filosofia, passou a ser uma fonte de conflito permanente e de resistência à mudança, que em certos momentos chegou a ameaçar a sobrevivência da Faculdade e de toda a Universidade.<sup>54</sup> Uma fonte de divergência era a idéia de que as disciplinas básicas, como matemática, química e biologia, deviam ser organizadas de modo que ficassem vinculadas à Faculdade de Filosofia, que lhes proporcionaria os cursos necessários. Essa integração obrigaria a reunir todas as instituições no mesmo *campus*, um projeto de longo prazo que não foi considerado na época. Mas desde o princípio os responsáveis pela Faculdade de Direito declararam que não aceitariam a transferência para uma cidade universitária que viesse a ser construída, e a Faculdade de Medicina se recusou a permitir a construção de mais um pavimento no seu prédio para abrigar algumas seções da Faculdade de Filosofia. De seu lado, a Politécnica se recusou a receber “filósofos” (ou seja, professores da Faculdade de Filosofia) para ensinar suas disciplinas básicas. Quando Luigi Fantappiè concordou em ir à Politécnica para dar aulas, foi acusado de falta de competência. Assim, a idéia de departamentos e institutos unificados foi posta de lado, tendo sido mantida em recesso durante várias décadas.<sup>55</sup>

A decisão de que todos os professores da nova Universidade viriam do exterior foi radical. A princípio, Teodoro Ramos foi considerado para a cadeira de análise matemática, André Dreyfus para biologia geral e Fernando de Azevedo para sociologia, segundo o próprio Azevedo. Ramos já era detentor da cadeira de análise matemática na Escola Politécnica, e Dreyfus era considerado o melhor biólogo do

---

<sup>54</sup> “Tivemos longas discussões sobre a conveniência de trazer para a nova Universidade instituições como a Escola Politécnica, a Faculdade de Direito; as Escolas de Farmácia, Odontologia e Veterinária; e o Instituto Luiz de Queiroz [de agricultura], de Piracicaba --- todas elas instituições desatualizadas, cheias de complexos de superioridade e inferioridade, sem qualquer compreensão do que era realmente uma universidade ... Julinho apontava o perigo de que as velhas escolas contaminassem as novas com seus vícios incuráveis. Eram todas resistentes e até alérgicas à pesquisa; sua pedagogia era obsoleta, e a vaidade simplória dos seus professores formados pelo auto-didatismo, resistiria a todas as tentativas que fossem feitas para mudá-los. Outros membros da comissão, em especial Rocha Lima e Dreyfus, nos lembraram de que o contrário podia também ser verdade, e que isso era o que aconteceria se mantivéssemos a Universidade sob estrita vigilância nos seus primeiros dez anos” (Duarte 1976:70).

<sup>55</sup> Mesquita Filho 1969:172-3. Algumas décadas depois foi construído um amplo *campus* para a Universidade, mas nem a Escola de Medicina nem a de Direito se instalaram ali. Em 1988, quando surgiu uma disputa sobre os estatutos universitários, os professores da Escola de Medicina ameaçaram deixar a Universidade e recuperar a autonomia que tinham perdido em 1934.

Brasil, e o de mente mais aberta. No entanto, todos eles decidiram que precisavam de pelo menos um ou dois anos de estudo no exterior antes de assumir esse encargo.

Não existe um registro único das pessoas convidadas, dos que vieram ou da duração da sua permanência. O primeiro grupo incluía, da França, Paul Arbusse Bastide (sociologia), Émile Coornaert (história da civilização), Robert Garric (literatura francesa), Pierre Deffontaines (geografia), Etienne Borne (filosofia e psicologia) e Michel Berveiller (literatura greco-romana); da Itália, Francesco Piccollo (latim), Luigi Fantappié (análise matemática, cálculo integral e diferencial), Ettore Onorato (mineralogia) e Gleb Wataghin (física teórica); da Alemanha, Ernest Breslau (zoologia), Heinrich Rheinboldt (química), Felix Rawischer (botânica); e de Portugal, Francisco Rebelo Gonçalves (literatura portuguesa).

Além desses, o primeiro anuário da Faculdade, relativo a 1934-5, relaciona Jean Mougé, Pierre Monbeig, Fernand Braudel, Claude Lévi-Strauss, Edgar Otto Gothsch e Pierre Hourcade, todos da França; e também os primeiros brasileiros: Teodoro Ramos (que foi também o primeiro diretor da escola), Luís Cintra do Prado, Antônio Soares Romeu, André Dreyfus, Paulo Sawaya, Afonso d'Escragnolle Taunay e Plínio Airosa. Como assistentes técnicos eram citados Omar Catunda, Ernest Luís de Oliveira, Fernando Jorge Larrabure, Heinrich Hauptmann, Herbert Stettiner, Reinaldo Saldanha da Gama, Maurício Rocha e Silva e Gertrud Siegel. Uma segunda onda trouxe para São Paulo Ernst Marcus, Paul Vanorden Shaw, François Perroux, Luigi Galvani, Giacomo Albanese, Giuseppe Ungaretti, Georges Readers e Ottorino de Fiori Cropani. Marcus substituiu Breslau, que morreu subitamente. Em sua maioria os professores vinham por um curto período, e retornavam depois do primeiro ano, sendo muitas vezes substituídos por outro do mesmo país, como Jean Gagé, Pierre Fromont, Roger Bastide, Alfred Bonzon, Karl Arens e Atilio Venturi.

Nos primeiros anos as seções de física e matemática ficavam na Escola Politécnica, enquanto as outras estavam localizadas na Faculdade de Medicina. As inscrições para os primeiros cursos foram abertas no princípio de 1935, mas a nova Faculdade pouco significava para os jovens paulistas que terminavam o curso secundário, e menos ainda para os filhos das famílias importantes de São Paulo, que aspiravam a uma profissão de prestígio --- o que a Faculdade de Filosofia não podia oferecer. Em consequência, o número de matrículas era mínimo, e a solução foi receber os estudantes que se inscreviam no Instituto de Educação (que tinha Fernando de Azevedo como diretor), concedendo-lhes inscrição provisória na nova Faculdade. As aulas tiveram início em 11 de março de 1935, com 46 estudantes de filosofia, 29 de matemática, 10 de física, 29 de química, 15 de ciências naturais, 16 de geografia e

história, 18 de ciência política e social, 5 de português e literatura clássica e 9 de línguas estrangeiras.<sup>56</sup>

Embora a elite paulista não enviasse seus filhos para a nova Faculdade, eles podiam participar das conferências dos visitantes mais conhecidos, que atraíam um grande público, chegando por vezes a intimidar o pequeno número de estudantes regulares. Não era incomum identificar no auditório Armando de Sales Oliveira, Júlio de Mesquita ou os seus parentes.

Claude Lévi-Strauss proporcionou uma rara visão externa desses eventos. Ele tinha estudado com Georges Dumas, e veio ao Brasil com a sua ajuda (e não contra a sua vontade, como Paulo Duarte reconstruiu erradamente muitos anos depois). O Brasil representou para Lévi-Strauss a sua introdução aos trópicos e à etnografia, e ele preferia a autenticidade dos índios às tentativas dos paulistas de imitar a ciência e a civilização europeias. Em suas recordações, Lévi-Strauss se refere às cidades americanas que passam da barbárie à decadência sem nunca se civilizar, e fala do Embaixador brasileiro em Paris que para parecer civilizado negava que houvessem índios remanescentes no Brasil. Ele via a nova Universidade como uma reação à necessidade que tinha a oligarquia brasileira de formar “uma opinião pública inspirada por valores civis e leigos, para compensar a influência tradicional da Igreja, dos militares e do poder pessoal.” Para isso era necessário dar cultura a um público mais amplo. Para Lévi-Strauss, a excitação a propósito dos professores estrangeiros era suspeita: havia pessoas querendo conseguir emprego ou afastar a competição futura, e havia também ritos de *status* e de prestígio pessoal nas exibições de familiaridade com a última moda intelectual de Paris, e os seus representantes. Ninguém se interessava realmente pelo valor intrínseco das idéias e conceitos que eram discutidos. Com diplomas concedidos pela Universidade, esses *parvenus* conseguiam acesso a cargos administrativos, formando assim uma nova elite para substituir os arranjos feudais até então existentes. Para Lévi-Strauss esse era o produto mais evidente da missão cultural francesa, algo que Georges Dumas, fascinado por seus amigos poderosos na oligarquia brasileira, nunca teria percebido.<sup>57</sup> Sem realmente compreender ou se interessar por tudo isso, Lévi-Strauss se voltou o mais depressa possível para o que lhe parecia a realidade mais autêntica dos índios caduveo, bororo e nambiquara, na selva brasileira. Só a “firme decisão de um pequeno grupo de jovens bem dotados”<sup>58</sup> podia explicar como os seus alunos (em grande parte

---

<sup>56</sup> F. de Azevedo 1958:222; E. de S. Campos 1954:427.

<sup>57</sup> Lévi-Strauss 1955:114,118.

<sup>58</sup> Lévi-Strauss 1955:117.

mulheres) podiam transformar-se, quinze ou vinte anos mais tarde, em uma comunidade significativa de cientistas sociais.

Sob muitos aspectos a Universidade de São Paulo foi um projeto frustrado. A esperada integração entre as escolas profissionais não aconteceu; a inscrição na Faculdade de Filosofia foi sempre difícil, e ela continuou sendo uma escola para a formação de professores. A maioria dos seus estudantes eram mulheres, vindos das pequenas cidades do interior do estado ou filhos de imigrantes recentes. Nessas circunstâncias, era impossível fazer com que a nova instituição exercesse o esperado papel de liderança na formação da elite, como queria Júlio de Mesquita. Se havia uma hierarquia de prestígio e reconhecimento entre as diferentes instituições reunidas na Universidade de São Paulo, a Faculdade de Filosofia não estava no primeiro plano. Depois de 1937, com o Estado Novo e o ostracismo político de Armando de Sales Oliveira e do seu grupo, a Universidade passou a sofrer todos os tipos de pressão das novas autoridades estaduais, assim como do próprio Ministério da Educação, no Rio de Janeiro.

A despeito de tudo, a Universidade de São Paulo --- e mais precisamente a sua Faculdade de Filosofia --- tornou-se a mais importante instituição científica já estabelecida no Brasil depois do Instituto Oswaldo Cruz, o que se pode explicar em parte pelas condições econômicas do estado de São Paulo, que podia fornecer-lhe mais recursos do que os recebidos por qualquer outra instituição similar em todo o país. Mas seria um equívoco tentar explicar tudo pelo poder do dinheiro. Mais importante ainda era o fato de que, mesmo em pequena escala, a Faculdade de Filosofia da Universidade de São Paulo abriu um espaço para a ciência, que foi explorado por um pequeno grupo de visitantes estrangeiros e seus discípulos brasileiros; e embora em grande parte frustradas, as metas ambiciosas de Júlio de Mesquita ajudaram a preservar através dos anos a respeitabilidade e o reconhecimento da nova instituição. Até mesmo o padrão de recrutamento da Faculdade de Filosofia acabou sendo uma bênção. Os cientistas raramente são recrutados no topo da hierarquia social, onde o poder e o dinheiro são muito mais fáceis de conseguir. Para as mulheres e filhos dos imigrantes, e para as pessoas do povo que procuravam a nova instituição, muitas vezes sonhando com pouco mais do que um futuro emprego como professor, a ciência se tornou subitamente uma nova visão do mundo, que muitos adotaram com entusiasmo.

A debilidade evidente do projeto da Universidade de São Paulo foi o seu isolamento do ambiente científico e intelectual de língua inglesa. Os contatos com a Inglaterra e os Estados Unidos se intensificaram durante a guerra, e terminariam por prevalecer.

A questão do modelo universitário adotado é interessante. A França era a influência predominante, e no passado o Brasil procurou imitar as *grandes écoles*, como a *Politechnique* e a *École de Mines*. Mas desde a Revolução Francesa nada havia na França de semelhante à Faculdade de Filosofia. Cambridge, embora mencionada por Paulo Duarte, nunca foi considerada realmente como uma alternativa. Mas a Itália, que não é mencionada pelos paulistas, foi a fonte de boa parte das idéias sobre educação de Francisco Campos e Gustavo Capanema, e tinha uma organização similar.

O que predominou na Universidade de São Paulo foi não tanto o que os seus fundadores tinham posto no papel, mas o que os visitantes estrangeiros extraíram da sua própria experiência pessoal. Assim, os alemães continuaram a fazer pesquisas em química e biologia, como tradicionalmente faziam em seu país; mas para os educadores a Faculdade de Filosofia continuou sendo sempre uma espécie de *école normale*. Cada instituição trazida para o seio da Universidade manteve sua própria organização e tradição. A Faculdade de Medicina se aproximava do padrão norte-americano, graças ao apoio recebido da Fundação Rockefeller; a Escola de Direito nunca abandonou o estilo professoral; a Escola Politécnica manteve sua fidelidade à tecnologia, e resistiu à incorporação da física moderna; e assim por diante. Essa mistura de diferentes modelos acadêmicos, tradições e experiências dentro da mesma instituição acabou por ser um dos pontos fortes da Universidade de São Paulo, onde a centralização e o domínio pela burocracia nunca prevaleceriam plenamente.